

# PORTOCRED S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ nº 01.800.019/0001-85 – NIRE 43 3 0003548 4

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Portocred S.A., Crédito, Financiamento e Investimento é uma Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especializada em soluções de crédito para o segmento de varejo de pessoas físicas. A Instituição mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. Em especial, é cada vez maior o investimento realizado na estruturação da gestão de risco, agregando componentes de inteligência e tecnológicos com o claro propósito de proporcionar condições de alcance dos objetivos estratégicos da instituição. A administração da Instituição entende que apesar do momento econômico que inspira cuidados adicionais na condução do negócio, ainda assim há espaço para explorar oportunidades por meio de acordos operacionais com diversos parceiros comerciais e essa foi efetivamente a estratégia colocada em prática. A Instituição demonstra nível satisfatório de eficiência na execução de sua estratégia, confirmando de forma muito expressiva em 2017 a melhoria recorrente de seus resultados operacionais. Mantendo firme propósito de realização do planejamento estratégico, baseado na identificação de oportunidades, novamente obtivemos expansão na geração de carteira de negócios, ao término do exercício de 2017, na ordem de 14% em relação ao exercício de 2016. Com política e controle efetivo de custos, a Instituição vem buscando a cada período de apuração melhores índices de eficiência. A Instituição também se beneficiou dos resultados consolidados de uma política de crédito e cobrança mais assertiva, a qual permitiu o controle de sua inadimplência, mesmo com o crescimento de suas carteiras. É importante salientar também que a Instituição fortalece cada vez mais sua política de controle de riscos de mercado e de liquidez, utilizando estratégias que mantenham de forma adequada o equilíbrio das composições de ativos e passivos da mesma, no que tange aos prazos e taxas operacionais praticados, bem como em relação a não exposição à volatilidade de taxas de mercado. Mantém política que determina os volumes mínimos de liquidez estratégica obrigatórios, com premissas baseadas em relação percentual entre nível de liquidez mínima e o passivo da Instituição. A liquidez estratégica está alocada em títulos da Dívida Soberana e aplicações diárias no mercado interbancário. A Portocred vem cada vez mais investindo no desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa, fortalecendo a excelência da gestão, objetivando tornar o ambiente institucional e organizacional mais transparente, responsável, com pilares de atuação sólidos e acima de tudo, com princípios de justiça consolidados. O índice de Basileia encerrou o exercício com 13,66%, com alcance do objetivo previsto de geração de margem positiva em seus limites operacionais, mantendo-os adequados ao máximo aproveitamento das oportunidades classificadas como rentáveis e permitindo avançarmos controlada na geração de ativos. Os resultados positivos permitiram à Instituição uma elevação constante do patrimônio líquido, na ordem de 56% sobre o exercício de 2016. O retorno sobre o patrimônio para o período foi de 48%. A Portocred agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e permanece ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>253.032</b>	<b>232.030</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>107.086</b>	<b>106.634</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.604	1.292	Depósito	8.206	11.771
Aplicações interfinanceiras de liquidez	23.235	31.649	Depósitos a prazo	12 8.206	11.771
Aplicações no mercado aberto	5 23.235	31.649	Recursos de aceites e emissão de títulos	13 64.029	81.355
Títulos e valores mobiliários	6 24.239	19.033	Recursos de aceites cambiais	13 64.029	81.355
Carteira própria	6 24.239	19.033	Outras obrigações	13 34.851	13.508
Operações de crédito	7 192.397	172.581	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15 159	153
Setor privado	7 192.397	172.581	Sociais e estatutárias	15 6.963	2.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.825)	(35.228)	Fiscais e previdenciárias	15 2.614	2.475
Outros créditos	8 11.004	4.869	Dívidas subordinadas elegíveis	14 14.405	-
Diversos	8 11.004	4.869	Diversas	15 10.710	8.360
Outros valores e bens	9 553	2.606	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>142.927</b>	<b>138.837</b>
Despesas antecipadas	9 553	2.606	Depósito	12 4.369	7.409
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>57.421</b>	<b>53.377</b>	Depósitos a prazo	12 4.369	7.409
Realizável a longo prazo	10 50.139	49.130	Recursos de aceites e emissão de títulos	13 125.210	109.953
Operações de crédito	7 44.156	41.068	Recursos de aceites cambiais	13 125.210	109.953
Setor privado	7 44.156	41.068	Outras obrigações	14 13.348	21.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.339)	(2.339)	Dívidas subordinadas elegíveis	14 2.906	11.863
Outros créditos	8 5.914	7.736	Diversas	15 10.442	9.612
Diversos	8 5.914	7.736	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16 60.440</b>	<b>39.936</b>
Outros valores e bens	9 69	326	Capital social	16 28.247	22.247
Despesas antecipadas	9 69	326	Reserva de lucros	16 32.193	17.689
<b>PERMANENTE</b>	<b>7.282</b>	<b>4.247</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>310.453</b>	<b>285.407</b>
Investimentos	10 26	26			
Imobilizado de uso	10 3.994	2.643			
Intangível	11 3.262	1.578			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>310.453</b>	<b>285.407</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º semestre de 2017	2017	2016
<b>RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>113.232</b>	<b>218.090</b>	<b>169.891</b>
Operações de crédito	111.140	212.819	165.226
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.092	5.271	4.665
<b>DESPESA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(43.390)</b>	<b>(88.173)</b>	<b>(79.444)</b>
Operações de captação no mercado	(14.194)	(29.970)	(28.658)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.202)	(58.209)	(43.666)
Resultado de venda de ativo financeiro	6	6	(7.120)
Resultado bruto da intermediação financeira	69.842	129.917	90.447
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(50.352)</b>	<b>(100.496)</b>	<b>(78.777)</b>
Receitas de prestação de serviços	7.557	14.246	12.559
Despesas pessoais	(17.310)	(34.522)	(28.946)
Despesas administrativas	(34.077)	(66.734)	(50.133)
Despesas tributárias	(5.034)	(9.595)	(7.496)
Outras despesas operacionais	(1.488)	(3.891)	(4.761)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>19.490</b>	<b>29.421</b>	<b>11.670</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>19.490</b>	<b>29.421</b>	<b>11.670</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.842)	(7.366)	496
Provisão para imposto de renda	(2.693)	(5.081)	(1.282)
Provisão para contribuição social	(2.265)	(4.169)	(905)
Ativo fiscal diferido	116	1.884	2.683
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(3.034)</b>	<b>(2.603)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>12.538</b>	<b>19.021</b>	<b>9.563</b>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	16 6.745.293,217	6.745.293,217	6.145.293,217
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,001859</b>	<b>0,002820</b>	<b>0,001556</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), com sede na Rua dos Andradas, 1.001, conjunto 1.401, Centro, Porto Alegre - RS, tem como foco o segmento de mercado de crédito a pessoas físicas, com ênfase em crédito pessoal. Seu portfólio de produtos de crédito inclui o Crédito Direto ao Consumidor - CDC, crédito consignado e financiamento de veículos (motocicletas). A Instituição utiliza recursos próprios e de terceiros, captados por meio da emissão de títulos pré e pós-fixados, especialmente Letras de Câmbio - LC e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN. Em 27 de março de 2018, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir dessa data. Adoção às normas internacionais de contabilidade: A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos técnicos já aprovados pelo BACEN são os seguintes: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 02 (R2)); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.937/11 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)); Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN. A resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. Resolução nº 4.524/16 - procedimentos técnicos relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de "hedge" de variação cambial de investimentos no exterior (CPC 02 (R2)) - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Resolução nº 4.534/16 - critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e sobre o ativo diferido (CPC 04 (R1)) - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Resolução nº 4.535/16 - critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso (CPC 27) - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos em conta-corrente com resgate imediato e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários detidos pela Instituição foram avaliados e classificados da seguinte forma: Títulos mantidos até o vencimento: a Administração tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) Operações de crédito: A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no "rating" "H", desde que apresentem atraso superior há 180 dias. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas com receita quando efetivamente recebidas. f) Despesas antecipadas: Correspondem a remunerações pagas a terceiros na contratação de empréstimos e financiamentos. A contabilização das comissões segue os termos da Circular BACEN nº 3.693, de 20 de dezembro de 2013, alterada pela Circular BACEN nº 3.738, de 11 de dezembro de 2014, segregando-se a parcela referente à origemação das operações e pós-venda, conforme sumário a seguir: **Remuneração referente à origemação:** A despesa referente à origemação das operações de crédito é registrada diretamente como despesa no momento da contratação. **Remuneração referente aos serviços de pós-vendas:** A parcela da remuneração referente aos serviços de pós-vendas é apropriada como despesa "pro rata" ao longo do prazo do contrato de operação de crédito a que se refere. No caso de liquidação antecipada da operação com recursos próprios do devedor ou com recursos transferidos por outra instituição, será cessado o pagamento da referida remuneração. g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes): Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. h) Imobilizado de uso: É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil do correspondente ativo. i) Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercício com essa finalidade. Está demonstrado considerando valores de custo de aquisição, líquidos da amortização linear por taxas que contemplam a vida útil econômica dos ativos. O ativo intangível desenvolvido internamente é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições, conforme a Resolução BACEN 4.534, de 24 de novembro de 2016: • viabilidade técnica para concluir o ativo de modo que ele seja disponibilizado para uso; • intenção de concluir o ativo e de usá-lo; • capacidade para usar o ativo; • existência de mercado para os produtos gerados pelo ativo; • utilidade do ativo; • disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo e usá-lo; e • capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento. j) Redução ao valor recuperável de ativo: O imobilizado de uso e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>19.697</b>	<b>-</b>	<b>10.479</b>	<b>-</b>	<b>30.176</b>
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016</b>	<b>19.697</b>	<b>-</b>	<b>10.479</b>	<b>-</b>	<b>30.176</b>
Aumento de capital	2.550	-	-	-	2.550
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.563	9.563
Reserva legal	-	-	478	(478)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.353)	(2.353)
Reserva especial de lucros	-	-	6.732	(6.732)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>22.247</b>	<b>-</b>	<b>17.689</b>	<b>-</b>	<b>39.936</b>
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017</b>	<b>22.247</b>	<b>-</b>	<b>17.689</b>	<b>-</b>	<b>39.936</b>
Aumento de capital	16 6.000	-	-	-	6.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.021	19.021
Reserva legal	16 -	-	951	(951)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	16 -	-	-	(2.736)	(2.736)
Distribuição de Dividendos	16 -	-	-	(1.781)	(1.781)
Reserva especial de lucros	-	-	13.553	(13.553)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>28.247</b>	<b>6.000</b>	<b>32.193</b>	<b>6.483</b>	<b>60.440</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017</b>	<b>22.247</b>	<b>6.000</b>	<b>17.689</b>	<b>6.483</b>	<b>52.419</b>
Aumento de capital	16 6.000	(6.000)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.538	12.538
Reserva legal	16 -	-	951	(951)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	16 -	-	-	(2.736)	(2.736)
Distribuição de Dividendos	16 -	-	-	(1.781)	(1.781)
Reserva especial de lucros	16 -	-	13.553	(13.553)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>28.247</b>	<b>-</b>	<b>32.193</b>	<b>-</b>	<b>60.440</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre de 2017	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>Nota</b>	<b>2º semestre de 2017</b>	<b>2017</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>12.538</b>	<b>19.021</b>
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7.e	29.202	58.209
Resultado de venda de ativo financeiro	7.f	(6)	(6)
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	20	(77)	1.890
Imposto de renda e contribuição social e ativo fiscal diferido	17.a	4.842	7.366
(Reversão) para outros créditos	20	(41)	(266)
Provisão para remuneração variável		2.110	3.034
Atualização de depósitos judiciais	20	(24)	(56)
Apropriação de despesas de comissão diferida		1.028	1.028
Depreciação e amortização		899	1.642
Lucro líquido ajustado		<b>50.471</b>	<b>91.862</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>			
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários		1.941	(5.206)
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez		14.337	8.415
(Aumento) em operações de crédito		(42.603)	(81.107)
(Aumento) redução em outros créditos		(856)	(2.475)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(179)	1.282
(Redução) Aumento em depósito a prazo e dívidas subordinadas		(3.138)	(6.606)
(Redução) Aumento em recursos de aceites cambiais		(14.564)	(2.069)
Aumento em outras obrigações		3.375	3.721
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.294)	(8.013)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) PÉLAS ATIV. OPERACIONAIS</b>		<b>4.490</b>	<b>(196)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Alienação de imobilizado de uso		-	11
Aquisição de investimento/imobilizado de uso		(1.774)	(2.473)
Aquisição de intangível		(1.367)	(1.846)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(3.141)</b>	<b>(4.308)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital		-	6.000
Dividendos e lucros pagos		-	(170)
Juros sobre capital próprio pagos		(1.184)	(1.184)
<b>CAIXA LÍQUIDO ORIGINAL (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(1.184)</b>	<b>4.816</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>165</b>	<b>312</b>
<b>CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>1.439</b>	<b>1.292</b>
<b>CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>1.604</b>	<b>1.604</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

d) Diversificação da carteira por nível de risco

Risco	Parcelas vencidas	Parcelas a vencer	Saldo da carteira	Provisão	%
A	38	191.817	191.855	(959)	0,5
B	1.708	12.404	14.112	(141)	1
C	9.778	9.761	11.739	(352)	3
D	3.133	6.736	9.869	(987)	10
E	3.342	4.637	7.979	(2.394)	30
F	3.912	3.817	7.729	(3.864)	50
G	3.839	2.718	6.557	(4.590)	70
H	26.685	9.278	35.973	(35.973)	100
Total	<b>44.635</b>	<b>241.128</b>	<b>285.813</b>	<b>(49.260)</b>	

  

Risco	Parcelas vencidas	Parcelas a vencer	Saldo da carteira	Provisão	%
A	1	174.349			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Créditos transferidos por cessões: A Instituição efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cessão de créditos oriundos, principalmente, da carteira em prejuízo, com transferência substancial dos riscos e benefícios. Pela cessão de tais títulos foram recebidos R\$ 7, cujos saldos contábeis em prejuízo totalizavam R\$ 316 naquela data. Considerando as perdas já reconhecidas sobre as operações em prejuízo e provisionamento da carteira, o ganho líquido obtido foi de R\$ 6, registrado do resultado na rubrica "Resultado da venda de ativo financeiro". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de créditos cedidos correspondeu a R\$ 256. Os respectivos saldos contábeis totalizavam R\$ 7.784 naquela data, gerando uma despesa de R\$ 7.120 registrada igualmente na rubrica "Resultado da venda de ativo financeiro", e uma reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 7.784, registrados no resultado do exercício.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS		2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Devedores diversos - País	1.193	24	1.399	142	
Devedores por depósito em garantia	-	3.319	-	2.096	
Tributos diferidos (nota explicativa nº 17a)	7.590	2.513	2.721	5.498	
Outros	2.221	58	749	-	
<b>Total</b>	<b>11.004</b>	<b>5.914</b>	<b>4.869</b>	<b>7.736</b>	

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS: Referem-se à remuneração de correspondentes com a contratação de operações de crédito. Em 31 de dezembro 2017 e de 2016 o saldo está aberto como segue:

2017		2016		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Originação- 1/3 da remuneração em 2016	302	66	1.692	230
Originação- saldo anterior a 2015	251	3	914	96
<b>Total</b>	<b>553</b>	<b>69</b>	<b>2.606</b>	<b>326</b>

Atendendo ao disposto na Circular BACEN 3.738/14, a partir de 2017 a Instituição deixou de registrar no ativo valores de remuneração à correspondentes referentes à originação de operações de crédito, sendo registrados integralmente ao resultado do período. No exercício de 2016, utilizou-se da facultade de registro no ativo de um terço da remuneração referente à originação, que estão sendo apropriados ao resultado de forma linear ao prazo máximo de 36 meses, contados a partir do seu registro. Valores de remuneração à correspondentes até 2015 foram integralmente reconhecidos no ativo e estão sendo apropriados ao resultado ao longo do prazo da operação.

10. IMOBILIZADO DE USO		2017		2016	
	Taxas de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações	33%	2.251	(1.035)	1.216	147
Móveis e utensílios	10%	691	(222)	469	318
Máquinas e equipamentos	10%	577	(152)	425	219
Equipamentos	10%	250	(87)	163	159
Sistema de processamento de dados	20%	4.938	(3.662)	1.276	1.773
Sistema de segurança	10%	73	(37)	36	27
Sistema de transporte	20%	473	(64)	409	-
<b>Total</b>		<b>9.253</b>	<b>(5.259)</b>	<b>3.994</b>	<b>2.643</b>

11. INTANGÍVEL		2017		2016	
	Taxas de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual
Softwares	20%	4.967	(1.705)	3.262	1.578
Ativo intangível desenvolvido internamente (a)		1.408	-	-	-
<b>Total</b>		<b>4.967</b>	<b>(1.705)</b>	<b>3.262</b>	<b>1.578</b>

(a) Ativo desenvolvido internamente, que corresponde a projeto de estruturação do ambiente de integração tecnológica entre parceiros de negócio. Tal ativo foi reconhecido em atendimento à Resolução BACEN nº 4.534 /16. Em 31 de dezembro de 2017 está em fase de conclusão.

12. DEPÓSITOS A PRAZO: Os títulos de depósitos a prazo - Recibos de Depósitos Bancários - RDBs e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs - são realizados com clientes da Instituição nas modalidades de encargos pré e pós-fixados e estão assim distribuídos em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente:

Circulante:		2017		2016	
Até 3 meses		4.154	3.951		
De 3 a 12 meses		4.052	7.820		
<b>Total</b>		<b>8.206</b>	<b>11.771</b>		
Não circulante:					
De 1 ano a 3 anos		124.763	108.937		
De 3 a 5 anos		447	1.016		
<b>Total</b>		<b>125.210</b>	<b>109.953</b>		
<b>Total geral</b>		<b>189.239</b>	<b>191.308</b>		

Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio no momento da emissão dos depósitos a prazo (RDB-DPGE a resgatar) era de 928 dias (689 dias em 2016), emitidos em faixa de remuneração que oscila entre 105% e 118% do CDI-CETIP.

13. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS: Os títulos de aceites cambiais estão assim distribuídos, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente:

Circulante:		2017		2016	
Até 3 meses		21.385	16.202		
De 3 a 12 meses		42.644	65.153		
<b>Total</b>		<b>64.029</b>	<b>81.355</b>		
Não circulante:					
De 1 ano a 3 anos		124.763	108.937		
De 3 a 5 anos		447	1.016		
<b>Total</b>		<b>125.210</b>	<b>109.953</b>		
<b>Total geral</b>		<b>189.239</b>	<b>191.308</b>		

Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio das obrigações por aceites de títulos cambiais (letras de câmbio a resgatar) era de 961 dias (858 dias em 2016), emitidos na forma prefixada e também com remuneração atrelada ao CDI, com taxa de remuneração prefixada entre 6,85 % e 22% ao ano (entre 14,42% e 22% ao ano em 2016) e para títulos com remuneração pós-fixada entre 100% e 125% do CDI-CETIP ao ano (entre 118,8% e 128,5% em 2016).

14. DIVIDAS SUBORDINADAS ELEGIÍVEIS: A dívida subordinada elegível a capital está assim distribuída em função de seu vencimento, considerada pelo seu valor presente:

Circulante:		2017		2016	
De 3 a 12 meses		14.405	-		
<b>Total</b>		<b>14.405</b>			
Não circulante:					
De 1 a 3 anos		-	11.863		
De 3 a 5 anos		2.906	11.863		
<b>Total</b>			<b>17.311</b>		

Operações realizadas em 2016 e 2017, na modalidade pré-fixada, com taxa de remuneração entre 13% e 22% ao ano e na modalidade pós-fixada, com taxa de remuneração de 150% do CDI-CETIP, contemplando todos os aspectos regulamentares previstos no núcleo de subordinação.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS		2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Provisão para riscos trabalhistas (a)	-	9.032	-	6.927	
Provisão para riscos cíveis (b)	-	1.385	-	1.179	
Provisão para riscos fiscais (c)	-	25	-	1.506	
Provisão para despesas de pessoal	3.141	-	2.707	-	
Cretores diversos	7.078	-	5.168	-	
Seguro prestamista	456	-	358	-	
Outras	35	-	127	-	
<b>Total</b>	<b>10.710</b>	<b>10.442</b>	<b>8.360</b>	<b>9.612</b>	

Provisão para riscos: (a) De natureza trabalhista - a Instituição é polo passivo em processos judiciais de natureza trabalhista, tanto na condição de solidária como de correclamada. A Administração constitui provisão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. (b) De natureza cível - referem-se a ações revisionais e por danos morais promovidas por clientes. A Administração constitui provisão, considerando as tendências de julgamento das ações para os valores em discussão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. (c) De natureza fiscal - composta por demandas de: CPMF (c.1) - 704; Outras (c.2) - 25; Total - 729.

(c.1) Com relação a provisão de CPMF, o saldo residual de R\$ 704 mantido para eventuais correções do processo no qual a instituição era parte, foi totalmente revertido no segundo semestre de 2017, considerando o encerramento da causa em definitivo no exercício. (c.2) Com relação ao saldo de outras provisões, no montante de R\$ 25, a Instituição constituiu provisão para cobrir possíveis perdas em garantias prestadas, com perspectiva de liquidação ainda no exercício de 2018.

Movimentação de provisão	2017				2016			
	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	1.506	6.927	1.179	9.612	13.006	3.199	1.286	17.491
Constituição (reversão) da provisão:								
Reversões (a)	(974)	(4.595)	(441)	(6.010)	(1.387)	(277)	(855)	(2.519)
Constituição da provisão	172	6.867	860	7.899	175	4.499	1.098	5.772
Pagamentos/compensações	(679)	(167)	(213)	(1.059)	(10.288)	(494)	(350)	(11.132)
Saldo final	25	9.032	1.385	10.442	1.506	6.927	1.179	9.612

(a) A reversão das provisões trabalhistas e cíveis refletiu a revisão dos valores de todos os casos classificados como prováveis, mediante atualização documental vinculada a cada demanda judicial. A reversão das provisões tributárias refere-se principalmente a reversão de saldo residual sobre processo CPMF, conforme descrito no item c.2 desta nota explicativa. Perdas possíveis: Em 31 de dezembro 2017, a Instituição possui o montante de R\$ 12.193, não provisionados, referente às ações classificadas como perdas possíveis. Deste valor, R\$ 2.344 referem-se a causas cíveis e R\$ 9.849 a causas trabalhistas, não apresentando valor para causas tributárias. Perdas prováveis: Em 31 de dezembro 2017, a Instituição possui provisionado o montante de R\$ 10.442 (R\$ 9.612 em 2016) referente às ações classificadas como perdas prováveis.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 28.247, totalmente integralizado, representado por 6.151.293.217 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 6.148.269.620 ações ordinárias e 3.023.597 ações preferenciais nominativas (em 2016, o capital social era de R\$ 22.247, totalmente integralizado, representado por 6.145.293.217 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 6.142.269.620 ações ordinárias e 3.023.597 ações preferenciais nominativas). Em 19 de abril de 2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) foi deliberado o aumento de capital, no valor de R\$ 6.891 com a emissão de 688.758.587 novas ações ordinárias e 339.049 preferenciais. Deste montante, foram integralizados R\$ 6.000 pela acionista GAPK HOLDING LTDA, em moeda corrente nacional. Em 20 de junho de 2017, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) foi deliberado o aumento de capital proposto em 19 de abril de 2017, no valor de R\$ 6.000 com a emissão de 600.000.000 novas ações ordinárias nominativas exclusivamente pela acionista GAPK HOLDING LTDA, em moeda corrente nacional. As sobras referentes ARCA de 19 de abril de 2017 correspondentes ao valor de R\$ 891 e emissão de 88.758.587 ações ordinárias e 339.049 preferenciais foram canceladas pois nenhum acionista manifestou interesse em participar da subscrição. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 08 de agosto de 2017. A Instituição possui uma proposta de aumento de capital oriundo de pagamento de juros ao capital, no valor de R\$ 1.720, aguardando aprovação pelo Banco Central. Juros sobre o capital próprio: Conforme previsto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 9.430/96, foram distribuídos juros sobre o capital próprio aos acionistas, relativos ao exercício de 2017 totalizando R\$ 2.736 (em 2016 R\$ 2.353), a título de remuneração do capital próprio, conforme Ata de Reunião do Conselho Administrativo realizada em 27 de novembro de 2017. Ata pendente de aprovação pelo BACEN. Destinação do resultado: O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: a) 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. b) 25% de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2017, a Instituição optou por declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio como dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, a companhia constituiu reserva especial de lucros visando a manutenção da margem operacional em nível compatível com o desenvolvimento das operações.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício:		2017		2016	
Lucro líquido do exercício		19.021	9.563		
Reserva legal (5%)		951	478		
Base dividendos obrigatórios (25%)		18.070	9.085		
Dividendos obrigatórios/JCP		4.517	2.353		
Reserva especial de lucros		13.553	6.732		
Composição da reserva de lucros		2.017	2.016		
Reserva Legal		2.258	1.307		
Reservas Especiais de Lucros		29.935	16.382		
		32.193	17.689		

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2º Semestre		2017		2016	
Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social		de 2017		2017		2016	
Conciliação							
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, acrescido da participação estatutária		17.380	26.386	9.067			
Imposto de renda à alíquota de 15%		(2.607)	(3.958)	(1.360)			
Imposto de renda à alíquota de 10%, sobre adicional		(1.726)	(2.615)	(883)			
Contribuição social à alíquota de 20%		(3.476)	(5.277)	(1.813)			
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes		(7.809)	(11.850)	(4.056)			
Diferenças temporárias sem constituição de crédito tributário (a)		(490)	(874)	3.605			
Remuneração dos administradores não dedutível		3	(27)	(318)			
Outras adições permanentes (brindes, doações, etc.)		(106)	(231)	(186)			
Juros sobre o capital próprio		1.232	1.232	1.059			
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		2.184	4.028	962			
Outras adições (exclusões) líquidas		144	356	(570)			
Total de imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		(4.842)	(7.366)	(496)			

a) A Instituição reconheceu, em 31 de dezembro de 2017, os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias com base no estudo técnico elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria e pelo Conselho Administrativo. Com base nas avaliações foram reconhecidos os créditos oriundos da diferença temporária de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Instituição não constituiu créditos tributários decorrentes das demais diferenças temporárias, tais como "provisões para contingências e provisões para empregados" e "base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido". A Administração não efetuou o registro mas mantém estudos internos com o objetivo de avaliar a possibilidade de reconhecimento nos próximos períodos. Os créditos tributários foram apurados com base nas alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2017, conforme nota explicativa nº "3.m". O valor presente total dos créditos tributários constituídos é de R\$ 9.904 (R\$ 8.219 em 2016), calculado pela taxa Selic de 6,5 % a.a., e de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias. Os créditos tributários foram registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. A Administração espera realizar o saldo do crédito tributário conforme segue:

	2017		2016	
	de 2017	2017	de 2016	2016
2017	-	(2.721)	-	-
2018	(7.590)	(5.498)	-	-
2019	(2.513)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(10.103)</b>	<b>(8.219)</b>	<b>(10.103)</b>	<b>(8.219)</b>

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções CMN nº 3.355/06, e nº 3.059/02 e pela Circular BACEN nº 3.171/02, eventual reversão, bem como manutenção dos créditos tributários, deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de juros tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Exercícios findos em	
	2º semestre de 2017	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do semestre/exercício	(9.987)	(8.219)
Constituição de crédito tributário, líquida	(116)	(1.884)
<b>Total</b>	<b>(10.103)</b>	<b>(10.103)</b>

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras: comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, ou não ter que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

18. DESPESAS DE PESSOAL		Exercícios findos em	
	2º semestre de 2017	31 de dezembro de 2017	2016
Salário	10.656	21.402	18.632
Encargos sociais	3.568	7.505	6.152
Outras	3.086	5.615	4.162
<b>Total</b>	<b>17.310</b>	<b>34.522</b>	<b>28.946</b>

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		Exercícios findos em	
	2º semestre de 2017	31 de dezembro de 2017	2016
Serviços de terceiros	5.366	9.896	8.254
Serviços de correspondentes	10.720	21.825	16.629
Serviços de cobrança	2.970	5.553	4.526
Serviços técnicos especializados	1.889	4.250	3.971
Despesa de aluguel	638	1.309	1.101
Despesa de comunicação	2.156	3.924	3.020
Despesa de processamento de dados	2.213	3.973	2.808
Despesa de viagem	895	1.579	878
Despesa de condomínio	253	457	240
Despesa com emolumentos judiciais	24	67	152
Despesa com análise de crédito	1.459	2.712	1.926
Propaganda e publicidade	1.292	2.271	1.114
Depreciação e amortização	899		